

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.544.816 - MG (2019/0208675-1)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : **SILVANA CONCEIÇÃO ALMEIDA GOMES**  
**AGRAVANTE** : **DIOMAURO PEREIRA GOMES**  
**ADVOGADO** : **DAVID SIMÕES DE ALMEIDA E OUTRO(S) - MG115414**  
**AGRAVADO** : **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA**  
**MG**  
**ADVOGADO** : **SÍLVIA MARIA MACHADO E OUTRO(S) - MG084364**

**DESPACHO**

Trata-se de agravo interno interposto por SILVANA CONCEIÇÃO ALMEIDA GOMES contra decisão proferida pela Presidência desta Corte Superior, assim disposta (fls. 365/367):

Trata-se de agravo apresentado por SILVANA CONCEIÇÃO ALMEIDA GOMES e OUTRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO INDENIZATÓRIA CONTRA A COPASA CADÁVER ENCONTRADO EM RESERVATÓRIO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO LEGITIMIDADE ATIVA DO CONSUMIDOR RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA ART 37 § 6 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA AUSÊNCIA DO ELEMENTO DANO OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR NÃO CONFIGURAÇÃO. 1. Aqueles que narram ser consumidores dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário prestados pela COPASA na cidade de São Francisco e alegam ter sofrido danos morais em decorrência de falha na prestação de serviços da ré, in statu assertionis, são partes legítimas para figurar no polo ativo da ação de indenização. 2. A prova técnica no sentido de que a água do reservatório da COPASA, no município de São Francisco, encontrava-se própria para consumo humano, a despeito da descoberta da existência de cadáver humano

submerso, descaracteriza o dever de indenizar.

Alega violação dos arts. 8º, 14, § 1º, II, e 22, parágrafo único, todos do CDC; e do art. 927 do CC, no que concerne ao direito de indenização em razão do dano moral no caso dos autos ser *in re ipsa*, e traz o(s) seguinte(s) argumento(s):

O consumo de água (produto de gênero alimentício) contendo em seu interior corpo estranho, expondo o consumidor à risco concreto de lesão à sua saúde e segurança ainda que não ocorra transmissão de doença infecciosa, dá direito à compensação por dano moral dada a ofensa ao direito fundamental à alimentação adequada, corolário do princípio da dignidade da pessoa humana. Hipótese em que se caracteriza defeito do produto (art. 12, CDC), o qual expõe o consumidor à risco concreto de dano à sua saúde e segurança, em clara infringência ao dever legal dirigido ao fornecedor, previsto no art. 8º do CDC.

[...]

Ainda que assim não fosse, **há que se reconhecer a ocorrência dano moral *in re ipsa*, o qual dispensa comprovação do prejuízo extrapatrimonial**, sendo suficiente a prova da ocorrência de ato ilegal, uma vez que o resultado danoso é presumido. Assim, conforme o Código de Defesa do Consumidor, a mera possibilidade de o ato ilícito ter colocado em risco à saúde ou segurança, gera o direito de indenização (reparação). Portanto, pode-se afirmar que os consumidores, têm incontestável direito de não serem expostos ao perigo que atinjam sua incolumidade física e psíquica (fls. 311). (grifo nosso)

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas

Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019. Quanto à alínea "c", da mesma forma, portanto, verifica-se que os dispositivos legais sob os quais teria havido o dissídio jurisprudencial não foram examinados pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim.

Dessa forma, reconhecida a ausência de prequestionamento da norma objeto da divergência jurisprudencial, inviável a demonstração do referido dissenso em razão da inexistência de identidade entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea "c".

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO DO RECURSO PELA ALÍNEA "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL.

1. O cabimento de recurso especial fundado na alínea "c" do permissivo constitucional requer o prequestionamento do dispositivo de lei federal cuja interpretação se alega divergente por outro Tribunal.
2. Uma vez reconhecida a ausência de prequestionamento do dispositivo de lei federal apontado como ofendido pela parte recorrente, é desnecessário o exame do cabimento do recurso especial quanto à alínea "c" do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, em relação ao mesmo dispositivo.
3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp n. 1274569/MG, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 25/8/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**§§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Verifico que a competência do presente recurso é matéria de competência da Primeira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, por tratar-se de fundamento e mérito de **direito público**, conforme se observa nos seguintes precedentes, **julgados após a Corte Especial apreciar o CC 150.050/DF (Rel. Ministro Og Fernandes, DJe de 9.5.2017)**: Segunda Turma, REsp 1.589.490/RJ, Rel. Ministro Og Fernandes, unânime, DJe de 21.3.2018; AgInt no AREsp 485.455/RJ, Rel. Ministra Assuste Magalhães, unânime, DJe de 23.10.2017; AgInt no AREsp 1.024.153/RJ, Rel. Ministro Og Fernandes, unânime, DJe de 24.5.2017.

Em face do exposto, nos termos do art. 9º, § 1º, inciso XIV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, determino a redistribuição do feito a um dos ministros integrantes da Primeira Seção.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora